



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

PLANO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2013-2017

INTRODUÇÃO

Na sequência da solicitação em sede de Conselho de Ministros, o Ministério da Educação elaborou o plano geral de ação para o período 2013 a 2017, compreendendo o mandato do V Governo Constitucional.

Incorporou-se no presente documento as prioridades refletidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, no Programa do V Governo Constitucional e ainda no Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030.

Este documento reflete as prioridades dos novos responsáveis políticos e integra as contribuições dos dirigentes e quadros técnicos do Ministério da Educação.

A estrutura do documento respeita sete áreas fundamentais: (i) Educação Pré-Escolar, (ii) Ensino Básico, (iii) Ensino Secundário, (iv) Ensino Superior, (v) Ensino Recorrente, (vi) Gestão Geral, e (vii) Plano de ação no âmbito da Presidência de Timor-Leste da CPLP em 2014.

Foram ainda assinalados, a negrito, os objetivos específicos que traduzem novas medidas do Ministério da Educação para a introdução de uma mudança de paradigma na qualidade do sistema educativo e no desenvolvimento do capital humano.

Díli, 4 de Outubro de 2012

Dr. Bedito dos Santos Freitas, MA

Ministro da Educação

ÍNDICE

Introdução	2
1. Educação Pré-Escolar	5
2. Ensino Básico	10
3. Ensino Secundário	17
4. Ensino Superior	22
5. Ensino Recorrente	27
6. Gestão Geral	30
7. Plano de ação no âmbito da Presidência de Timor-Leste da CPLP	34

1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

VISÃO

Até 2017, as crianças com idades compreendidas entre os 3 e 5 anos de idade receberão uma educação pré-escolar de qualidade.

OBJECTIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
1.1 Número suficiente de salas de aula e equipamentos em todas as áreas geográficas.	Mapeamento atualizado de todas as pré-escolas, com detalhe de informação ao nível de sala de aula, equipamentos e demais infraestruturas educativas.	X				
	Construção anual de um mínimo de 50 novas pré-escolas com mínimo de 3 salas de aula por escolar, até 2016, para alcançar objetivo de 250 pré-escolas ¹ e 750 novas salas de aula. ²					
	Construção anual de 150 novas salas (casas-de-banho masculino/feminino, cozinha, armazém, sala de professores) até 2016.					
	Todas as salas de aula das escolas de educação pré-escolar serão equipadas com móveis, mesas, cadeiras, armários adequados a este nível.	X	X	X	X	
	Fornecimento de equipamentos educacionais de cariz lúdico adequado a este nível de ensino (jogos, brinquedos, <i>playground</i>).					
	Padronização dos uniformes escolares no ensino público.					
Adequação das infraestruturas de modo a garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais.	X	X	X	X		
Reabilitação de 26 pré-escolas públicas ³ .	X					

¹ Programa do V Governo Constitucional, página 14.

² Plano Estratégico de Desenvolvimento (versão língua Portuguesa), página 17.

³ Plano de Ação Anual 2013 do Ministério da Educação.

OBJECTIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
	Manutenção das salas de aula nas 89 pré-escolas públicas existentes ⁴ .	X				
1.2. Novo Enquadramento político da Educação Pré-Escolar.	Finalização e Aprovação em Conselho de Ministros da Nova Política da Educação Pré-Escolar.	X				
	Disseminação e Socialização da Nova Política Nacional da Educação Pré-Escolar.	X	X	X	X	
1.3. Finalização do currículo e desenvolvimento de programa de orientação pedagógica da Educação Pré-Escolar	Revisão do currículo do ensino pré-escolar que inclua metodologias para a introdução dos idiomas locais como idiomas de ensino e aprendizagem, facilitando a transição para o domínio das línguas oficiais.	X	X	X	X	X
	Disseminação do novo currículo da educação pré-escolar	X	X	X	X	X
	Elaboração de materiais didáticos de apoio à implementação do novo currículo.	X	X	X		
	Lançamento e implementação do novo currículo da educação pré-escolar.	X	X	X	X	X
	Garantia de uma correta transição dos estudantes do Pré-Escolar para o primeiro ano do primeiro Ciclo do Ensino Básico.	X	X	X		
	Monitorização da implementação do novo currículo.	X	X	X	X	X
	Relatório/balanço das atividades de implementação do novo currículo da educação pré-escolar.					
1.4 Desenvolvimento de	Novos programas de formação inicial e contínua de professores com	X	X	X	X	X

⁴ Plano Estratégico Nacional da Educação P. 28 – Este valor deve ser reconciliado com Plano Estratégico de Desenvolvimento P. 16.

OBJECTIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
programas de formação de Professores para a educação pré-escolar	metodologias pedagógicas apropriadas.					
	Formação inicial anual de mínimo de 130 professores por ano para completar a meta de 650 professores até 2016 ⁵ .	X	X	X	X	
	Incentivar a abertura de cursos de formação inicial específicos à Educação Pré-Escolar, contactando para o efeito com instituições públicas e privadas.	X	X	X		
	Formação contínua dos 238 professores atualmente no sistema. ⁶	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de programas e atividades de formação que motivem os docentes e os preparem para as exigências da função e dos requisitos da carreira docente.	X	X	X	X	X
1.5. Um sistema para a acreditação pré-escolar desenvolvido e implementado.	Revisão do decreto-lei da Acreditação e Avaliação do Sistema de Educação Pré-Escolar com o objetivo de assegurar coerência com a Política Nacional da Educação Pré-Escolar.	X				
	Desenvolvimento de sistemas de monitorização e controlo, a serem implementados pela Inspeção Geral da Educação, com o objetivo de assegurar o cumprimento de padrões mínimos de funcionamento nas escolas públicas e privadas.	X				
	Implementação do sistema de acreditação e monitorização das Pré-Escolas do ensino público e privado.	X	X	X	X	X
1.6. Implementação de programa	Mapear as áreas prioritárias onde o acesso ao Pré-Escolar deve ser expandido com o	X				

⁵ Dados da Direção Nacional de Educação Pré-Escolar

⁶ Dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento (versão língua Portuguesa), página 16.

OBJECTIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
de estímulo às Parcerias público-privadas	apoio das comunidades locais, ONGs e instituições religiosas.					
	Promover parcerias com as comunidades locais, ONGs e instituições religiosas para garantir o acesso generalizado à Educação Pré-Escolar de qualidade.	X	X	X	X	X
	Desenvolver e implementar programas de capacitação e de difusão de melhores práticas nos sectores público e privado.	X	X	X	X	X
1.7. Implementação nacional de novos programas de promoção do acesso à Educação Pré-Escolar (Early Childhood Care and Development- ECCD)	Desenvolvimento de um programa especial de alimentação e saúde infantil integrando as melhores práticas internacionais de ECCD.	X				
	Desenvolver os procedimentos e mecanismos eficientes para a execução das concessões escolares.	X	X			
	Campanha de Socialização e Disseminação dos programas de concessões e nutrição infantil nas comunidades locais, promovendo a transparência na alocação de recursos financeiros.	X	X	X	X	X

2. ENSINO BÁSICO

2. ENSINO BÁSICO

VISÃO

Até 2017, os alunos serão escolarizados através de um Ensino Básico universal, obrigatório e de qualidade.

2.1. O desenvolvimento de infraestruturas é projetado e implementado, assim como outras medidas que assegurem o acesso e a matrícula com base nas metas de inclusão educativa e social estabelecidas no Plano Estratégico Nacional de Educação e no Programa do V Governo Constitucional.

OBJECTIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
2.1.1. É fornecido em todas as áreas geográficas um número adequado de salas de aula nas escolas públicas.	Elaboração, em parceria com a Direção Nacional de Estatística do Ministério das Finanças, de inquérito nacional (<i>survey</i>) de verificação das atuais condições das infraestruturas e equipamentos nas Escolas Básicas Centrais e Filiais.	X				
	Redefinição do padrão mínimo de infraestruturas e dos equipamentos para cada Escolas Básicas Central e Filial. ⁷	X				
	Elaboração de Plano de desenvolvimento de infraestruturas e fornecimento de equipamentos, detalhado por cada Escola Básica e Filial, que integre os dados populacionais do Censos de 2010 e realizado em coordenação com autoridades competentes, entre elas o Ministério da Justiça para as questões de verificação da disponibilidade de terrenos.	X				
	Reabilitação anual de um mínimo de 50 escolas básicas centrais existentes até 2016 ⁸ .	X	X	X	X	
	Reabilitação anual de um mínimo de 240 escolas básicas filiais existentes. ⁹	X	X	X	X	
	100.000 jogos de Mesas e Cadeiras que, em 2013, serão disponibilizados às	X				

⁷ Padrão Mínimo de Escola define, em coerência com a disponibilidade orçamental: (i) número de salas de aula; (ii) números de dormitórios para alunos e residências para professores, (iii) número de casas-de-banho; (iv) refeitório/cozinha; (v) biblioteca escolar; (vi) laboratório informático e de práticas científicas; (vii) salas de professores e de administração escolar; (viii) armazém.

⁸ Todas as intervenções no campo das infraestruturas serão revistas de acordo com o resultado do plano de desenvolvimento a realizar em 2013.

⁹ Todas as intervenções no campo das infraestruturas serão revistas de acordo com o resultado do plano de desenvolvimento a realizar em 2013.

OBJECTIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
	Escolas Básicas Centrais e Filiais¹⁰.					
	Reabilitação das escolas básicas afectadas de forma cíclica por desastres naturais.	X	X	X	X	X
	Construção de infraestruturas desportivas em cada agrupamento escolar.	X	X	X	X	
	Adequação das infraestruturas para garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais.	X	X	X	X	
	Padronização dos uniformes escolares no ensino público.	X				
	Desenvolvimento e implementação de procedimentos para a inventariação regular de todos os recursos escolares em cada Centro de Ensino Básico, em coordenação com a Direção Nacional de Finanças e Logística do Ministério da Educação.	X	X	X	X	X
2.1.2. São desenvolvidos novos programas para aumentar as taxas de escolarização e reduzir as taxas de abandono escolar	Realização de um estudo nacional fundamentado sobre as causas do abandono escolar.	X				
	Introdução das recomendações da “Política de Ensino Multilíngue baseada nas línguas maternas de Timor-Leste”	X				
	Introdução de mecanismos para a matrícula no 1º ano do ensino básico, de todas as crianças com a idade correta.	X	X	X		
	Implementação de práticas de monitorização e controlo da assiduidade de alunos e professores pela Inspeção Geral da Educação.	X	X	X	X	X
	Campanha Nacional de Socialização para a importância da frequência escolar universal e obrigatória, com foco no equilíbrio de género, e em colaboração com os parceiros de desenvolvimento.	X	X	X		
	Desenvolvimento e implementação de um Programa Piloto de Transporte Escolar, em distritos previamente seleccionados e em coordenação com o Ministério dos Transportes e Comunicações e as Direções Distritais do Ministério da Educação.	X	X			
	Introdução de mecanismos de transição dos alunos com idade superior à indicada para programas de equivalência ao Ensino Básico e ao Ensino Técnico-Vocacional. Deverá estabelecer-se limite de idade para a frequência de cada ciclo de ensino.	X	X	X	X	X

¹⁰ Plano Annual de Ação do Ministério da Educação 2013.

2.2. É desenvolvido, implementado e monitorizado um Currículo relevante e específico e são disponibilizados programas de professores, materiais de ensino e aprendizagem de qualidade.						
OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
2.2.1. Revisão do currículo dos primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico	Estabelecimento de comissão de reforma do currículo com o objetivo de melhorar o desempenho real dos estudantes e de adaptar os conteúdos programáticos ao contexto real do País.	X				
	Consideração e Introdução das novas metodologias e recomendações da Comissão Nacional da Educação.	X				
	Consulta aos principais parceiros de desenvolvimento do Ministério da Educação, incluindo a Igreja Católica e outras instituições religiosas.	X				
	Aprovação da revisão curricular do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico com objetivo de implementação de um currículo moderno e pedagogicamente adequado. ¹¹	X	X			
	Criação de objetivos de aprendizagem, concretos e relevantes, para cada ano de escolaridade e revisão dos mecanismos de avaliação e progressão dos estudantes em cada ano de escolaridade.	X	X	X		
	Constituição de equipa multidisciplinar, composta por especialistas nacionais e internacionais nas diversas áreas curriculares, que sejam responsáveis pela monitorização e revisão curricular e pela produção de manuais oficiais para os alunos e professores.	X	X	X	X	X
	Promoção de parcerias com especialistas internacionais para a melhoria do desempenho estudantil em disciplinas chave (p.e. Matemática).	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento, Impressão e Distribuição eficiente, para todos os Centros de Ensino Básico e Escolas Filiais, dos manuais oficiais bilingues de alunos e professores.	X	X	X	X	X
	Estabelecimento de parcerias para a elaboração e distribuição de publicações educativas complementares ao currículo nacional.	X	X	X	X	X
2.2.2 Implementação do Currículo do terceiro ciclo do Ensino Básico	Implementação sequencial do currículo do 8º ano em 2013 e do 9º ano em 2014.	X	X			
	Desenvolvimento, impressão e distribuição eficiente, em todos os Centros de Ensino Básico e Escolas Filiais, dos manuais oficiais bilingues de alunos e professores e materiais didáticos e pedagógicos de apoio.	X	X			
	Constituição de equipa multidisciplinar, composta por especialistas nacionais e internacionais nas diversas áreas curriculares, que sejam responsáveis pela monitorização e revisão curricular e pela produção de	X	X	X	X	X

¹¹ De acordo com o Calendário Legislativo do V Governo Constitucional: Currículo do Ensino Básico.

	manuais oficiais para os alunos e professores.					
	Promoção de parcerias com especialistas internacionais para a melhoria do desempenho estudantil em disciplinas chave (p.e. Matemática e Ciências Físico-Naturais).	X	X	X	X	X
	Criação de objetivos de aprendizagem, concretos e relevantes, para cada ano de escolaridade e revisão dos mecanismos de avaliação e progressão dos estudantes em cada ano de escolaridade.	X	X			
	Estabelecimento de parcerias para a elaboração de publicações educativas complementares ao currículo nacional.	X	X	X	X	X
2.2.3. Monitorização e Avaliação do novo currículo através de dados baseados nos resultados de aprendizagem dos estudantes	Rever e estruturar o sistema dos exames nacionais do 1º, 2º e 3º ciclos.	X	X			
	Implementar um sistema de avaliação contínua da implementação curricular.	X	X	X	X	X
	Melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem na disciplina da Matemática e outras Ciências Exatas para a obtenção de dados que permitam tomar medidas para superar as dificuldades detetadas.	X	X	X	X	X
2.2.4 Desenvolvimento de programas de formação de Professores para o Ensino Básico	Formação de 5.000 professores do Ensino Básico nas línguas de instrução e sensibilização à utilização das línguas maternas.	X	X	X	X	X
	Formação contínua de 5.000 professores no desenvolvimento dos conteúdos curriculares do Ensino Básico.	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de um curso de nível de bacharelato direcionado a cerca 9.500 docentes do Ensino Básico. Esta formação terá um carácter modular para ir ao encontro dos requisitos do regime da carreira.	X	X	X	X	
	Desenvolvimento de um curso de formação inicial de professores para o Ensino Básico, com o propósito de formar 1.000 novos docentes até ao ano de 2017.	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de um Curso de Mestrado em Formação de Formadores, com o propósito de formar 60 formadores qualificados que possam integrar o corpo docente do INFORDEPE e ministrar formação inicial e contínua aos docentes dos diversos níveis de ensino ¹² .	X				
	Introdução de novo paradigma na formação de docentes com a inclusão de um mínimo de professores internacionais qualificados por área científica, em cada agrupamento escolar.	X	X	X	X	X

¹² Este curso destina-se a preparar formadores em 4 áreas distintas - Língua Portuguesa, História e Geografia, Matemática e Ciências Naturais – que depois farão a formação de docentes, maioritariamente no Ensino Básico.

2.3 Até 2017, está totalmente implementado um novo sistema de gestão escolar que aumenta a participação, assegura a relação custo/eficácia assim como o sucesso da aprendizagem.						
OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
2.3.1. Programa de desenvolvimento da gestão orientada para os resultados do Plano Estratégico e Programa do V Governo.	Desenvolvimento de Termos de Referência para os quadros da administração escolar do Ensino Básico, alinhados com as necessidades de implementação do Plano Estratégico da Educação.	X				
	Desenvolver procedimentos para o funcionamento do Conselho Escolar, do Conselho Académico, das Associações de Estudantes, Pais e Professores.	X				
	Finalização do processo de recrutamento dos quadros da administração escolar dos agrupamentos de ensino básico	X				
	Padronização e desenvolvimento de manuais de procedimentos operacionais de gestão para os agrupamentos do Ensino Básico, que contemplem o reporte financeiro e estatístico integrado no sistemas do Ministério (SIGE e Freebalance).	X				
	Implementação do plano de formação inicial dos quadros de administração escolar, completado com plano de investimento de recursos técnicos adequados a cada agrupamento escolar.	X	X			
	Desenvolvimento e implementação de módulos de formação contínua para todos os quadros da administração escolar.	X	X	X	X	X
	Desenvolver um sistema de gestão do património escolar (inventariação), para o registo e controlo dos recursos escolares (mobiliário, livros e outro tipo de equipamentos).	X				
	Introdução de um quadro técnico internacional para a capacitação da administração escolar a nível dos agrupamentos de ensino básico.	X	X	X	X	
2.3.2. Monitorização e avaliação dos agrupamentos escolares para promoção de gestão por resultados	Estabelecer, em coordenação com a Inspeção Geral da Educação e as Direções Distritais, novos sistemas de monitorização e avaliação relativamente ao acesso à educação (p.e. matrícula, frequência e abandono escolar) e à qualidade do processo de ensino e aprendizagem (resultados sobre desempenho dos estudantes).	X	X	X	X	X
	Tratamento e análise da informação recolhida para o desenvolvimento do plano de ação específico do agrupamento escolar, com o objetivo de aumentar os índices de acesso à Educação de qualidade.	X	X	X	X	X
	Implementação do diploma legal que estabelece os sistemas de acreditação e avaliação dos estabelecimentos de ensino básico.	X				

2.3.3 Desenvolvimento de programas adicionais para garantir o princípio da inclusividade educativa¹³, nomeadamente o programa Merenda Escolar e a nova campanha “Loron Escola Saudável”	Aprovação do regime de ação social escolar que regula e estabelece, entre outros, o programa da Merenda Escolar, as concessões escolares e as bolsas de estudo que premeiam o aproveitamento escolar.	X				
	Criação de grupo de trabalho interministerial (Ministérios da Saúde, Agricultura, Comércio e Indústria) para a revisão do programa governamental da Merenda Escolar, estabelecendo os procedimentos necessários para a progressiva descentralização do programa e para o desenvolvimento da economia local.	X				
	O âmbito e a metodologia de implementação das concessões escolares será regularmente melhorada para cumprir as disposições do novo regime de ação social escolar.	X				
	Aprovação da Política de Saúde e Desporto Escolar em parceria com Secretaria da Juventude e Desporto.	X				
	Realização regular de eventos desportivos, em parceria com a Secretaria de Estado de Juventude e Desporto, para estudantes de ambos os sexos, a nível distrital, regional e nacional.	X	X	X	X	X
	Campanha de sensibilização “Loron Escola Saudável” para promover a importância da saúde, do meio ambiente e do desporto, em coordenação com Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.	X	X	X	X	X
2.3.4 Estabelecer Escolas de Referência – Centro de Formação em cada capital de distrito¹⁴	Integração de professores internacionais, em cada capital de distrito, para difusão das melhores práticas educativas no currículo nacional.	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de ações de formação e difusão de melhores práticas pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de cada distrito.	X	X	X	X	X
	Atribuição de estágios pedagógicos de qualidade aos recém-licenciados das várias faculdades da educação das instituições de ensino superior nacionais.	X	X	X	X	X
	Integração dos estagiários nas escolas públicas adjacentes e formação contínua na Escola de Referência.	X	X	X	X	X

¹³ Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (versão inglesa), página 26.

¹⁴ Plano Estratégico Nacional da Educação, página 150.

3. ENSINO SECUNDÁRIO

3. ENSINO SECUNDÁRIO

VISÃO
Introduzir uma mudança de paradigma da qualidade e relevância do Ensino Secundário Geral e Técnico Profissional permitindo aos alunos a aprendizagem dos aspectos centrais do conhecimento científico-humanístico para a continuação de seus estudos no ensino superior ou para ingressar no mercado de trabalho.
3.1. Até 2015 a substancial melhoria da qualidade no ensino secundário geral (ESG) será implementada

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
3.1.1. Um currículo relevante é desenvolvido, implementado e monitorado até 2015	Cada aluno do ESG possui um livro/manual para cada disciplina	X				
	Novo currículo do 11º ano implementado	X				
	Novo currículo do 12º ano implementado		X			
	Monitorização da implementação do Currículo do ESG			X		
	Melhoria gradual da qualidade do ensino/ aprendizagem. 1. Aprovar a política do livro 2. Apoiar-se na nova unidade do Material didático para as tarefas seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um plano de cinco anos de desenvolvimento dos materiais didáticos • Elaboração de um sistema de concursos (Parceira público-privado) com termos de referência precisos e exigentes correspondendo às necessidades do ME; o preço faz parte dos critérios de seleção • Realização de uma série de concursos editoriais confiando o ciclo completo de produção dos manuais às editoras (desenvolvimento de esboços dos manuais com equipas de autores incluindo autores timorenses – edição – impressão – distribuição às escolas) depois de um processo de avaliação-seleção feito pelo ME 	X	X	X	X	X
	80 % dos alunos obtém resultados positivos no Exame Nacional.				X	X
	X	X	X	X	X	

	Aumento do número de alunos que completa o ESG					
	Avaliação externa dos resultados de aplicação do novo Currículo				X	
	Relatório/diagnóstico das necessidades existentes					X
3.1.2. Há provisão de um número adequado de professores que preenchem as competências requeridas pelo ME	Formação de professores nas áreas disciplinares para cobrir as necessidades do atual currículo do ESG, especialmente nas novas disciplinas: Tecnologias Multimédia, Geologia e Temas de Literatura e Cultura	X	X	X	X	X
	Meios adequados de verificação do cumprimento do novos conteúdos curriculares	X	X			
	O Ministério da Educação assegura a todos os professores a oportunidade de seguir uma formação adequada, de modo a poderem elevar a qualidade do seu desempenho profissional.	X	X	X	X	X
3.1.3. Um plano de desenvolvimento de infraestrutura é desenvolvido e implementado	Um projeto de escola modelo para o Ensino Secundário Geral e respetivo Plano Geral de Implementação.	X				
	Construção de escolas modelo devidamente equipadas: ➤ 2 Escolas em Dili ➤ 1 Escola em Bobonaro ➤ 1 Escola em Ermera.		X			
	Construção de escolas modelo devidamente equipadas: ➤ 1 Escola Modelo em Baucau ➤ 1 Escola Modelo em Oecusse ➤ 1 Escola Modelo em Aileu ➤ 1 Escola Modelo em Manufahi			X		
	Construção de escolas modelo devidamente equipadas: ➤ 1 Escola modelo em Covalima ➤ 1 Escola modelo em Ainaro ➤ 1 Escola Modelo em Viqueque ➤ 1 Escola modelo em Lautem				X	
	Construção de escolas modelo devidamente equipadas: ➤ 1 Escola Modelo em Liquica ➤ 1 Escola modelo em Manatuto					X
	Monitorização do Projeto		X	X	X	X
	Relatório final de avaliação do Projeto de Requalificação do Parque Escolar e de levantamento das necessidades					X

3.2. ESTV será completamente redesenhado e novos sistemas e currículos implementados						
OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
3.2.1. Um novo currículo para o ESTV é desenvolvido e implementado até 2015	Lançamento de um novo modelo curricular para o ESTV.	X				
	Lançamento ao público de novos cursos do ESTV: Artes Gráficas e Curso Técnico de Pescas.	X				
	Implementação da nova estrutura curricular do ESTV		X			
	Fornecimento de Materiais didáticos e equipamentos escolares para elevar a qualidade de ensino e aprendizagem dos conteúdos do novo currículo, nas escolas		X			
	Manuais e guias do professor do 10º ano com as novas orientações curriculares disponíveis		X			
	Manuais e guias do professor do 11º ano com as novas orientações curriculares disponíveis			X		
	Manuais e guias do professor do 12º ano com as novas orientações curriculares disponíveis				X	
3.2.2 Número dos professores adequado às necessidades do ME, possuindo as competências requeridas	Formação de professores (em Timor-Leste e no estrangeiro) para cobrir as necessidades do atual currículo do ESTV, especialmente os professores das disciplinas que constam do Programa Produtivo e da Disciplina de Empreendedorismo do Programa Científico	X	X			
	Professores formados segundo as exigências do novo currículo. 428 professores em exercício formados segundo as necessidades do novo currículo	X	X			
	As Escolas Técnico Vocacionais têm as suas necessidades de docentes satisfeitas.				X	X
3.2.3. Um plano de infra estrutura de ESTV desenvolvido e implementado	É projetado um novo modelo de Escola Secundária Técnico Vocacional que constitua um Centro Técnico de Excelência: - escolas de Hotelaria e Turismo - escolas de Economia e Comércio - escolas Técnicas - escolas de Agropecuária e Pescas	X				
	Requalificação dos Estabelecimento de Ensino Técnico Vocacional no distrito de Díli		X			
	Construção de 2 escolas Técnicas: 1 no distrito do Suai 1 no distrito de Viqueque			X		
	Requalificação das ESTV existentes nos distritos.		X	X	X	
	Construção de: -1 escolas de pescas no distrito de Liquiçá -1 escola agropecuária no distrito de Manatuto			X	X	
	Monitorização do desenvolvimento dos projetos em curso		X	X	X	
	Balanço dos projetos desenvolvidos e diagnóstico das necessidades					X

3.2.4. Cursos Tec. Voc. devidamente certificados, dando oportunidades à entrada no mercado de trabalho ou ao prosseguimento de estudos no Ensino Superior	Desenvolvimento de tarefas de coordenação entre o ME e a SEPFOPE no que respeita à Certificação e Formação Profissional	X	X	X	X	X
--	---	---	---	---	---	---

3.3. Até 2017 um novo sistema de gestão do ensino secundário que melhora a participação, relação custo-eficácia do ensino e da aprendizagem realização será totalmente implementado

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
3.3.1. Formação em gestão escolar e procedimentos desenvolvidos e implementados	Implementação de um Novo Modelo de Gestão e Administração Escolar para as ESG e ESTV	X	X	X	X	X
	Membros da Direção das Escolas Técnico Vocacionais e escolas Secundárias Gerais capacitados nas áreas da Gestão/Administração Escolar e Gestão Financeira	X	X	X	X	X
	Estabelecimento de um sistema de dados de SIGE em todas as escolas Secundárias em colaboração com o departamento de central do SIGE (DNPETI)	X	X			
	Implementação de diretrizes para a criação de associações de estudantes.		X			

3.4. Programas de Formação de Professores do Ensino Secundário executados pelo INFORDEPE

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
3.4.1 Desenvolvimento de programas de formação de Professores do Ensino Secundário Geral	Formação contínua de cerca de 3.500 professores do ESG nas línguas de instrução;	X	X	X	X	X
	Formação contínua de 3.500 professores no desenvolvimento dos conteúdos curriculares do ESG.	X	X	X	X	X
	Formação contínua de 3.500 professores no aperfeiçoamento da formação nas áreas do profissionalismo docente (ética profissional e pedagogia).	X	X	X		
	Desenvolvimento de um curso de nível de licenciatura direccionado a cerca 500 docentes do ESG. Esta formação terá um carácter modular para ir ao encontro dos requisitos do regime da carreira.	X	X	X		
	Desenvolvimento de programas e atividades de formação que motivem os docentes e os preparem para as exigências da função e dos requisitos da carreira docente.	X	X	X	X	X

4. ENSINO SUPERIOR

4. ENSINO SUPERIOR

VISÃO
Consolidação do sistema do Ensino Superior abrangente, integrado e regulado por rigorosos padrões de qualidade.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
4.1. Estabelecimento de um sistema administrativo eficaz para coordenar as intervenções do Governo no Ensino Superior e estabelecer metas e orçamentos prioritários¹⁵	Aprovação de enquadramento legal que estabelece um sistema administrativo eficaz e regulamenta os mecanismos de financiamento de instituições públicas e privadas no Ensino Superior.¹⁶	X				
	Reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação para a implementação do novo diploma legal do sistema administrativo do Ensino Superior (com recurso a assessoria nacional e internacional e ações intensivas de formação dos quadros técnicos).	X	X	X	X	X
	Implementação de modalidades inovadoras de financiamento aos estudantes, em coordenação com o Ministério das Finanças¹⁷, que incentivem o aproveitamento académico e a futura inserção no mercado de trabalho nacional.	X	X	X	X	X
	Revisão do manual operacional de atribuição de subsidio ¹⁸ às instituições de ensino superior, em parceria com a ANAAA.	X				
	Desenvolvimento de portal electrónico, integrado no SIGE, para ajudar os alunos e as instituições a identificar opções académicas, assegurando a sua equivalência a qualificações internacionais.¹⁹	X				
	Elaboração e aprovação de diploma legal que estabelece os critérios de progressão da carreira docente universitária e politécnica.	X				
	Constituição do Fórum do Conselho dos Reitores das Instituições de Ensino Superior Nacionais, para melhor coordenação das intervenções no sector.²⁰	X	X			
	Estabelecimento de sistemas de aprendizagem flexível e à distância, incluindo <i>e-learning</i>, aberto a todas as instituições do ensino superior.	X	X	X	X	X

¹⁵ Programa V Governo Constitucional Pág.. 17.

¹⁶ Plano Estratégico Nacional da Educação, Pág.. 121. Pretende-se alcançar equilíbrio entre a regulação central e a autonomia institucional, conforme anunciado na Intervenção de S. Exa. o Vice-Ministro do Ensino Superior, no Encontro Nacional do Ensino Superior realizado a 14 setembro 2012, em Díli.

¹⁷ Respeitando as disposições da Lei de Gestão Financeira.

¹⁸ Revisão deste manual foi exigida por órgãos dirigentes de instituições do ensino superior. Os quadros técnicos do Ministério da Educação consideraram que o anterior manual não garantia a efetividade do subsidio às instituições, em particular na sua correta e eficiente implementação.

¹⁹ De forma a dar sequência à assinatura da Convenção Regional sobre o reconhecimento de estudos, diplomas e qualificações do ensino superior para 48 países da região Ásia-Pacífico. Página 46, Relatório de Governação do Ministério da Educação – IV Governo Constitucional.

²⁰ Conforme deliberação do 1º Encontro do Ministério com os Responsáveis do Ensino Superior realizado no dia 14 de Setembro de 2012, em Díli.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
	Realização de Exames de Certificação/Equivalência aos graduados de instituições superiores nacionais não acreditadas e de instituições estrangeiras.	X	X	X	X	X
	Elaboração e aprovação de enquadramento legal para fazer face ao incumprimento das disposições legais do Ensino Superior.	X				
4.2 Melhoria da Qualidade do Ensino Superior por meio do estabelecimento de um Sistema sólido de garantia de Qualidade²¹	Revisão do diploma legal referente ao <i>Quadro Nacional de Qualificações</i> de forma a garantir o registo de todas as qualificações nacionais. ²²	X				
	Promoção e orientação dos programas de formação docente das instituições de ensino superior, através da coordenação de parcerias com reconhecidas instituições internacionais, promovendo por exemplo a integração de docentes internacionais nos quadros docentes das instituições. ²³	X	X	X	X	X
	Reforço da capacidade funcional e operacional da ANAAA, com a integração de peritos nacionais e internacionais e através de ações de formação adequadas ²⁴ .	X	X	X	X	X
	Revisão e padronização do currículo mínimo das instituições de ensino superior universitário. ²⁵	X				
	Implementação de processo de acreditação institucional da UNDIL e UNITAL, conforme deliberação do Conselho de Ministros do IV Governo Constitucional.	X				
	Formação cíclica de peritos nacionais para implementação da acreditação programática, no mínimo anual de 3 áreas científicas prioritárias das instituições de ensino superior universitário.	X	X	X	X	X
	Implementação do processo de Acreditação Programática num mínimo anual de 3 áreas científicas prioritárias, das Instituições de Ensino Superior Acreditadas.	X	X	X	X	X
	Estabelecimento do órgão de governação da ANAAA cumprindo os requisitos estabelecidos no Diploma legal respetivo, e em parceria com INDMO.	X				
	Atribuição de Bolsas de Estudo do Ministério da Educação, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, em áreas consideradas prioritárias para a formação do capital humano.	X	X	X	X	X

²¹ Programa V Governo Constitucional Pag. 17.

²² Programa V Governo Constitucional Pag. 17.

²³ Programa V Governo Constitucional Pag. 17.

²⁴ Programa V Governo Constitucional Pag. 17.

²⁵ A revisão e padronização do currículo mínimo do Ensino Superior é uma condição essencial para avançar com a Acreditação Programática. Pretende-se garantir uma base mínima de conhecimentos a todos os alunos do Ensino Universitário.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
	Participação regular dos membros da ANAAA de Timor-Leste nas conferências e encontros internacionais relevantes, organizados pelos organismos competentes (APQN, INQAAHE,AQAN), por forma a acederem à difusão e partilha de melhores práticas.	X	X	X	X	X
4.3. Criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia	Elaboração de plano geral e de um estudo de viabilidade nas componentes de infraestruturas, recursos humanos e equipamentos específicos.	X				
	Aprovação de enquadramento legal para constituição de Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.	X				
	Recrutamento de peritos nacionais em Investigação e Pesquisa no campo da Ciência e Tecnologia.	X	X			
	Formação e capacitação de peritos nacionais nas áreas chave do conhecimento, em particular nas ciências exatas, em colaboração com parceiros de desenvolvimento internacionais.	X	X	X	X	X
	Integração dos membros do quadro de pesquisadores atualmente vinculados ao Centro Nacional de Investigação Científica, sedado na UNTL.	X				
	Coordenação de todas as atividades de pesquisa e investigação científica realizadas em Timor-Leste.	X	X	X	X	X
	Constituição de Repositório digital que recolha todos os artigos e publicações científicas académicas nacionais relevantes.	X	X	X	X	X
	Participar no processo de revisão, avaliação contínua e de examinação nacional das disciplinas e conteúdos curriculares de ciências exatas (Matemática, Física, Química e Biologia) e de novas tecnologias no Ensino Básico, Secundário e Superior.		X	X	X	X
4.4. Estabelecimento de Institutos Superiores Politécnicos nos sectores industriais estratégicos²⁶	Ação de socialização com <i>stakeholders</i> públicos e privados sobre relevância da constituição de Instituto Politécnico dedicado a Turismo e Hotelaria.	X				
	Discussão e Revisão do enquadramento legal deste nível de ensino ²⁷ .	X				
	Identificação de cursos e opções académicas prioritárias por cada Instituto Politécnico em parceria com autoridades competentes nacionais e internacionais (Ministério do Petróleo, Turismo, Agricultura e Pescas, entre outros).	X				
	Elaboração de um estudo de viabilidade e de um plano infraestrutural integrado, em parceria com peritos internacionais, que reflita as opções académicas identificadas e respeite as melhores práticas internacionais,.	X				

²⁶ Programa do V Governo Constitucional pag. 17.

²⁷ Proposta de S. Exa. Vice-Ministro do Ensino Superior para refletir sobre a atual estrutura de dois anos, uma vez que na sua visão os graus académicos de ensino superior deverão conter um mínimo de 3 anos (equivalente a seis semestres de bacharelato).

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
4.4. Estabelecimento de Institutos Superiores Politécnicos nos sectores industriais estratégicos	Elaboração de Programas Curriculares em parceria com instituições e peritos internacionais de reconhecido mérito, em particular da região ásia-pacífico.	X	X	X		
	Implementação de programas de formação inicial e contínua de professores que vão ao encontro da procura estudantil prevista e respeitem as metas de formação técnica de quadros nacionais, em coordenação do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.	X	X	X	X	
	Construção faseada das infraestruturas dos Institutos Politécnicos.	X	X	X	X	
	Recrutamento e formação de quadros de administração e gestão dos novos Institutos.		X	X	X	X
	Início regular das atividades académicas nos Institutos Politécnicos.		X	X	X	X
	Coordenação e promoção de ligações eficientes entre o Ensino Secundário Técnico (<i>Centros Técnicos de Excelência</i>) e o SEPFPOE.	X	X	X	X	X

5. ENSINO RECORRENTE

5. ENSINO RECORRENTE

VISÃO

Até 2015, uma vez que todos os Timorenses serão alfabetizados, o sistema do Ensino Recorrente (ER) está concentrado sobretudo em fornecer um Programa Nacional de Equivalência (PNE) para os adultos. Erradicar, até 2015, o analfabetismo em todas as faixas etárias e completar a introdução do PNE, o qual permitirá uma conclusão mais célere do Ensino Básico para todos os finalistas do ER.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
5.1: A capacidade dos programas de alfabetização básica é aumentada de modo a alcançar os números expectáveis nos 442 sucos	Concluir a 1ª fase da Campanha Nacional de Alfabetização (Encerramento das salas do programa “Sim Eu Posso” nos distritos de Ainaro, Díli e Viqueque em Fevereiro, Março e graduação dos alunos alfabetizados).	X				
	Desenvolver e implementar o currículo e materiais de instrução para a 2ª Fase da Campanha Nacional de Alfabetização – programa “Sim Eu Posso Seguir” – reforço da literacia.	X	X	X	X	
	Recolha de dados para o SIGE e monitorização e avaliação dos programas.	X	X	X	X	X
	Descentralização da recolha de dados, monitorização e avaliação.		X	X		
5.2: A qualidade do ER é aumentada através do desenvolvimento e da implementação do currículo do PNE	Aumento do número de salas do 1º nível do Programa Nacional de Equivalência (PNE) de forma a oferecer o programa em todos os sucos do país.	X	X	X	X	X
	Desenhar e desenvolver o Currículo do 2º nível com envolvimento de uma Equipa de 12 técnicos pedagógicos Timorenses.	X	X			
	Implementação do 2º nível do PNE e aumento do número de salas de aula.		X	X	X	X
	Desenvolvimento e distribuição de Manuais de Professores, Livros Escolares de alunos e ferramentas de ensino à distância.	X	X	X	X	X
	Descentralização da recolha de dados, monitorização e avaliação.		X	X		

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
5.3. A qualidade do ER é ampliada através do recrutamento e da formação de um N° adequado de docentes.	Listas completas e compreensíveis de competências e qualificações técnico-profissionais dos docentes de cada programa.	X				
	Formação de Monitores da 2ª Fase da Campanha. Formação de Professores do PNE.	X	X	X	X	X
	Introdução de Docentes do Ensino Recorrente no Estatuto da Carreira Docente ou obtenção de grau equivalente.	X				
	Plano de recrutamento e integração de docentes do Ensino Recorrente.	X				
5.4 Desenvolvimento de um PNE que permita a fácil ingresso de todos os finalistas dos programas de alfabetização e pós-alfabetização no sistema educativo formal.	Socialização e mobilização das comunidades e construção de 65 CCA. Desenvolvimento, apoio e monitorização dos CCA existentes.	X	X	X		
	Implementação do plano de transição da formação de docentes do ER entre DNER e INFORDEPE. Acompanhamento ativo dos responsáveis do INFORDEPE nos processos de formação.	X	X	X		
	Definição de um quadro de referência para regular a relação entre os Programas do Ensino Recorrente e o Ensino Formal. Diploma legal sobre os processos de equivalência. Aprovação ministerial do esquema de enquadramento entre Ensino Recorrente e o sistema de Ensino Formal.	X				
5.5. Aumento da capacidade da DNER a fim de garantir a implementação do PENE.	Elaboração e implementação de um plano de capacitação, com desenvolvimento de competências, e implementação de ferramentas de trabalho que aumentem a eficiência e eficácia da DNER.	X	X	X	X	X

6. GESTÃO GERAL

6. GESTÃO GERAL

VISÃO

Garantir que, até 2017, as funções da administração geral sejam reforçadas a fim de proporcionar uma capacidade de gestão dos processos estratégicos e administrativos necessários para alcançar os objectivos do Plano Estratégico e do Programa do V Governo Constitucional.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
6.1. Reforço das capacidades de gestão geral e desenvolvimento de sistemas de gestão orientados para os resultados. ²⁸	Desenvolvimento de Termos de Referência para os cargos dirigentes e técnicos do Ministério, em coerência com as necessidades de implementação do Plano Estratégico da Educação e do Programa do V Governo Constitucional. .	X				
	Realização de estudo organizacional que identifique as atuais necessidades funcionais de cada unidade orgânica do Ministério em termos de recursos humanos e técnicos.	X				
	Implementação de um plano de capacitação de recursos humanos e de investimento de recursos técnicos adequados a cada unidade orgânica.	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de manuais de procedimentos operacionais das unidades orgânicas do Ministério ²⁹ .	X				
	Finalização do processo de recrutamento do pessoal administrativo no sector da educação de acordo com as necessidades identificadas.	X	X			
	Liderança e Apropriação (<i>Ownership</i>) de todas as intervenções dos parceiros de desenvolvimento nacionais e internacionais no sector educativo, respeitando o Plano de Ação Anual do Ministério da Educação ³⁰ .	X	X	X	X	X
	Plano de construção de novo Edifício do Ministério da Educação que responda às novas necessidades organizativas.	X				
	Nomeação de equipa de trabalho especializada para resposta eficiente a questões de gestão de natureza urgente e pendente.	X				

²⁸ Plano Estratégico Nacional da Educação, Pag. 157.

²⁹ Coordenação e regulação de todas as ações de formação, deslocações nacionais/internacionais e licenças anuais dos quadros do Ministério.

³⁰ Plano Estratégico Nacional da Educação, Pag. 192.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
6.2. As funções de gestão dos Recursos Humanos são reforçadas para a melhoria da qualidade dos serviços educativos.	Elaboração da Política e de procedimentos para a gestão de Recursos Humanos (RH) do Ministério da Educação (Professores, Quadros da Administração Escolar e Funcionários do Ministério).	X				
	Desenvolvimento de mecanismos de gestão da oferta e procura de professores e quadros da administração escolar, integrando os dados do SIGE³¹.	X	X			
	Introdução de um sistema de colocação anual de professores, garantindo a cobertura equitativa para a qualidade geral do sistema educativo.	X				
	Sistema de Informação dos recursos humanos do Ministério devidamente harmonizado e reconciliado com os dados da Comissão da Função Pública e do Ministério das Finanças.	X	X			
	Desenvolvimento de mecanismos a nível escolar para o controlo da assiduidade dos docentes.	X				
	Revisão do sistema de avaliação de desempenho que premeie o desempenho profissional dos recursos humanos e a concretização dos objetivos propostos no Plano Estratégico e no Programa do V Governo, e que estabelece ligação com os indicadores educacionais provenientes do SIGE³².	X				
6.3. Assegurar que as estruturas desconcentradas do Ministério possuem os recursos e sistemas para melhorar a prestação de serviços educativos.	Introdução de processo gradual de transferência de responsabilidades operacionais e financeiras, à semelhança do iniciado para o programa merenda escolar e para as concessões escolares.	X	X	X		
	Implementação de sistemas padronizados de planeamento e orçamentação baseados em abordagens ascendentes (<i>bottom-up</i>) para adequação dos recursos às necessidades dos beneficiários últimos do sistema educativo.	X	X	X	X	X
	Preparação para a integração progressiva dos programas educativos nas futuras estruturas municipais.		X	X	X	X
6.4. Monitorização e avaliação da implementação dos Planos Anual de Ação e Reforço do papel da Inspeção Geral da Educação	Desenvolvimento de um Quadro de Avaliação do Desempenho (<i>Performance Assessment Framework</i>) para monitorização e avaliação dos resultados educacionais e de gestão.	X				
	Estabelecimento de mecanismos regulares internos de recolha e monitorização da execução do Plano Anual de Ação, em coerência com o Quadro de Avaliação de Desempenho. e para posterior submissão trimestral ao Gabinete do Primeiro-Ministro.	X	X	X	X	X
	Plano Anual da Inspeção Geral da Educação baseado em áreas de riscos e identifica as prioridades de ação nas componentes de (i) Administração Geral e Finanças e (ii) Administração Escolar.	X	X	X	X	X

³¹ Plano Estratégico Nacional da Educação, Pag. 167.

³² O Ministério irá atribuir maiores oportunidades de formação aos funcionários que revelem melhor desempenho.

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
6.4. Monitorização e avaliação da implementação dos Planos Anual de Ação e Reforço do papel da Inspeção Geral da Educação	Implementação do Plano de Capacitação dos recursos humanos da Inspeção Geral da Educação, em coordenação com a Inspeção Geral do Estado, CAC PDHJ e Auditoria Interna do Ministério das Finanças, entre outros.	X	X	X	X	X
	Padronização dos procedimentos de gestão, comunicação e partilha de melhores práticas com a Inspeção Geral do Estado.	X				
	Elaboração de Código de conduta para a Inspeção Geral da Educação em conformidade com as disposições legais para o sector.	X				
	Regulação das relações, delimitação de responsabilidades e área de atuação entre a Inspeção Geral da Educação e a Inspeção Geral do Estado.	X	X	X		
6.5 Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Comunicação eficazes a nível da gestão central, regional, distrital e escolar.	Integração das estruturas do Ministério (Direções Nacionais, Regionais, Distritais, Escolas) numa rede de comunicação, que sustente o SIGE para reporte nacional e internacional.	X	X	X	X	X
	Capacitação dos funcionários do Ministério da Educação e dos quadros da Administração Escolar no uso eficiente dos sistemas de informação e comunicação.	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de Portal da Educação/Website que, de forma transparente, reúne toda a informação relevante a funcionários, professores e alunos.	X	X			
6.6 Integração e redefinição da gestão das Unidades de Infraestruturas, de Serviços de Impressão (<i>Printing Center</i>) e Media Educativa (TV Educação)	Realização de Análise de Situação (<i>Situation Analysis</i>) e estudo de viabilidade a longo-prazo.	X				
	Aprovação de enquadramento legal regulatório destas unidades respeitando as prioridades de Plano Estratégico Nacional da Educação e do Programa do V Governo.	X				
	Plano de capacitação dos recursos humanos alocados a cada unidade.	X	X	X	X	

7. PLANO DE AÇÃO NO ÂMBITO DA PRESIDÊNCIA DE TIMOR-LESTE DA CPLP

7. PLANO DE AÇÃO NO ÂMBITO DA PRESIDÊNCIA DE TIMOR-LESTE DA CPLP

OBJECTIVO GERAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	CRONOGRAMA				
		2013	2014	2015	2016	2017
7.1. Promoção e Implementação de atividades no âmbito da Presidência da CPLP	Coordenação das atividades na área da Educação com os competentes órgãos Estatais e com o Secretariado Executivo da CPLP.	X	X	X		
	Proposta para a introdução de reconhecimento de estudos, diplomas e qualificações do Ensino Superior para os países da CPLP. ³³		X	X		
	Proposta do estabelecimento de acordos com instituições educativas dos países da CPLP para promoção de melhores práticas pedagógicas no desenvolvimento e avaliação curricular e na formação de professores, especificamente no domínio da língua portuguesa como língua não materna.		X	X		
	Desenvolvimento de bolsa de recrutamento de professores do ensino pré-escolar, básico, secundário e superior para mobilidade de docentes no espaço CPLP.		X	X		
	Criação de programa de intercâmbio de estudantes no ensino superior envolvendo instituições acreditadas dos países da CPLP.		X	X		
	Desenvolvimento de projetos que promovam a interatividade dos alunos do Ensino Básico, Secundário Geral e Técnico-Vocacional dos Países da CPLP.		X	X		
	Realização de estudos comparativos em áreas prioritárias para cada País da CPLP.		X	X		

³³ Pretende-se que através do reconhecimento de diplomas das instituições académicas acreditadas se facilite a mobilidade dos estudantes e docentes dos países da CPLP.